



Ministério dos Povos Indígenas  
Conselho Nacional de Política Indigenista

# CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA INDIGENISTA (CNPI)

**RESUMO EXECUTIVO da 4<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política  
Indigenista**

Brasília, 08 de 09 de Maio de 2025.

# PAUTA da 3<sup>a</sup> Reunião Ordinária do CNPI

## **1º dia de Reunião:**

- Leitura do Resumo Executivo da 3<sup>a</sup> Reunião Ordinária do CNPI;
- Apresentação dos Planos de Trabalho elaborados pelas Câmaras Temáticas (CTs);
- Reestruturação da FUNAI;
- Constituição do GT da II Conferência de Política Indigenista.

## **2º dia de Reunião:**

- Mineração no contexto da Câmara de Conciliação;
- Apresentação da FUNAI sobre a regularização de terras indígenas;
- Assinatura do Protocolo de Intenções MPI/MinC;
- Cotas indígenas no TSE;
- COP30: Informações gerais;
- Constituição do GT da II Conferência de Política Indigenista;
- Acervo do CNPI (Comissão e Conselho).

## **Informes**

- Organização de fórum sobre segurança na fronteira e nas comunidades indígenas, a ser realizado no município de Tabatinga, entre os dias 23 e 26 de junho. Solicitação de apoio às instituições presentes;
- Falecimento do Coordenador Regional do município de Ribeirão Cascalheira;
- Solicitação de apoio aos comunicadores indígenas para criação de redes sociais para o CNPI;
- Plenária **online** com o Ministério das Cidades, a ser realizada no dia 22 de maio de 2022, das 15h às 18h, para tratar da reformulação do Programa Minha Casa Minha Vida. O link para participação será enviado no grupo do MPI.
- Realização de reunião extraordinária **online** do CNPI no dia **16 de maio de 2025** às 15h30. Convocatória encaminhada pela Secretaria Executiva do CNPI.

## **Apresentação dos Planos de Trabalho Câmaras Temáticas (CTs)**

### **CT I – Direitos territoriais, Demarcação, proteção e gestão territorial e ambiental**

#### **Objetivos propostos**

- Receber, propor, encaminhar e monitorar denúncias, ameaças e violações dos direitos territoriais dos povos indígenas aos órgãos competentes;

- Propor aos órgãos competentes medidas a serem adotadas relativas ao reconhecimento, demarcação e regularização fundiária de terras indígenas, garantindo a proteção, segurança e gestão territorial;
- Propor e contribuir com a construção e formulação de políticas públicas voltadas a desintrusão e de segurança pública em terras indígenas;
- Propor, monitorar, aperfeiçoar a construção e implementação dos instrumentos de gestão ambiental e territorial indígenas e da PNGATI;
- Monitorar e avaliar o planejamento físico e orçamentário das ações do poder executivo voltadas a demarcação, regularização fundiária, proteção, fiscalização e gestão ambiental e territorial de terras indígenas;

## **Temas prioritários**

- Demarcação, regularização fundiária e desintrusão de terras indígenas;
- Proteção, fiscalização e segurança pública em terras indígenas;
- Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas.

## **Encaminhamentos propostos**

- Sugestão à Secretaria Executiva do CNPI para garantir pelo menos um dia de trabalho presencial das CTs quando houver as reuniões do Plenário;
- Organizar lista de membros efetivos da CT e providenciar lista de e-mails/contato;
- Definição das datas corrigidas das reuniões da CT (última quintas-feiras de cada mês, iniciando em janeiro de 2025);
- Reuniões da CT I serão na sede da FUNAI, na sala de reuniões da Presidência, também disponível a Sala Multiuso para reuniões da bancada indígena;
- Verificação com a GIZ
- de disponibilidade de secretaria e elaboração de relatoria para a CT I;
- Verificar com MPI fundos/ recursos para viagens dos membros em eventos importantes em Brasília;
- Oficiar os membros conselheiros para justificar sua ausência e se manifestar quanto ao seu interesse em continuar a participar da CT I;
- Reuniões ordinárias ocorrerão a cada segunda-feira na segunda semana de cada mês e, havendo feriado, a reunião irá ocorrer em dia posterior ao feriado.

## **Contribuições e sugestões do Plenário**

- Inclusão do tema da proteção dos povos isolados na pauta da CT I;
- Inclusão do eixo sobre a defesa de lideranças indígenas na CT I;
- Deliberação sobre como serão tratadas as iniciativas de monitoramento e segurança realizadas pelos próprios indígenas dentro de seus territórios.

## **CT II - Autodeterminação, direito à consulta e participação social**

### **Metas previstas até 2026**

- Análise de Regimento (Piloto) com diretrizes para orientar comunidades indígenas na elaboração de regimentos internos, respeitando suas formas organização social e modos de tomadas de decisão;
- Levantamento dos espaços com representatividade indígena até agosto de 2025;
- Instância de participação: fortalecimento e representatividade indígena no controle social;
- Qualificação da participação;
- Formação para execução a Lei nº 11.645/2008;
- Acordos e incidência internacional: análise de gargalos e prioridades;
- Convenção nº 169 – Consultoria para mapeamento das experiências e elaboração do Seminário
- Seminário de Autodeterminação.

## Entregas e atividades

- Previsão de consulta em territórios indígenas já determinados para elaboração dos projetos-piloto;
- Identificação dos espaços sem representatividade indígena;
- Elaboração de guias e sugestões de oficina de formação dos membros indígenas dos espaços de participação e controle social;
- Encaminhar para possível acompanhamento da CT IV, considerando a temática da educação;
- Diálogo com Sineia do Vale, presidente do Caucus Indígena, e agenda com APIB, MPI, FUNAI, COIAB e ANMIGA (janeiro a abril de 2026).

## Encaminhamentos

- Já foram realizadas 7 reuniões ordinárias, incluindo uma presencial;
- Foi feito levantamento dos cursos de formação sobre a Lei nº 11.645/2008 – proposta de transferência para CT IV;
- Indicação de ações em defesa dos defensores de direitos humanos, visando a proteção dos comunicadores indígenas e indigenistas – proposta de atuação conjunta com a CT I;
- Foi concluído o mapeamento dos protocolos de consulta; v) Foi concluída a análise e foram propostas alterações ao texto do PL do CNPI;
- Recomendação ao MPI e à FUNAI para apoiem a indicação de credenciamento de todos(as) os(as) Conselheiros(as) indígenas do CNPI para a zona azul da COP30;
- Sugerir que todo(as) os(as) Conselheiros(as) participem nas caravanas COParente, agenda preparativa para a COPO30 em suas respectivas regiões;
- Recomendação de participação dos membros da AGU, DPU, MPF, representantes do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Poder Executivo Federal, e da Sociedade Civil que não integrem o CNPI;
- Solicitar que seja constituído o GT da II Conferência Nacional de Política Indigenista, conforme acordado na 2ª Reunião Ordinária do CNPI.

## Contribuições e sugestões do Plenário

- Inclusão de menção, no Art. 2º, VI da análise do PL do CNPI, para abranger as representações indígenas e indigenistas.

## **CT III – Seguridade Social, saúde indígena, assistência e previdência social**

### **Metas**

- Instituir o GT Interministerial de saúde mental, a atenção psicossocial e promoção do bem-viver indígena;
- Atualizar a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename Indígena);
- Lançar o Programa Nacional de Saneamento Indígena; **iv)** Atualizar as competências do Apoiador em Saúde;
- Apresentar o Programa de Medicinas Indígenas;
- Promover a participação dos Povos Indígenas na Conferência Nacional de Assistência Social;
- Instituir o GT Interno de Assistência Social;
- Realizar encontros presenciais desta CT previamente as reuniões plenas do CNPI (proposta: entre 03 e 04 de julho);
- Propor pautas da CT ao pleno do CNPI.

### **Entregas**

- Solicitação de apoio do MPI e do CNPI para redação de uma carta solicitando vagas para delegados especiais junto ao Conselho Nacional de Assistência Social;
- Criação de protocolo de ação integrada para povos indígenas;
- Estímulo ao diálogo entre órgãos executores da política assistencial;
- Sugestão de inserção de pautas no Plenário.

### **Contribuições e sugestões do Plenário**

- Acompanhamento da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASP);
- Participação no 5º seminário regional para elaboração de proposta aperfeiçoamento da PNASP, previsto para julho de 2025;
- Deliberação sobre a reestruturação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no eixo de saúde indígena e serviço social;
- Apresentação de atualizações sobre a AgSUS;
- Encaminhamento de representantes para o Fórum (FPCondisi) e para o comitê da AgSUS.

## **CT IV - Educação escolar indígena intercultural em todos os níveis e modalidades**

### **Metas e entregas (2025-2026)**

- Criação de instrumento normativo para melhoria de acesso e permanência e êxito de indígenas nas instituições de ensino superior: elaboração de instrumento normativo para estabelecer posicionamento e orientar as instituições de ensino sobre as políticas afirmativas para povos indígenas;
- Acompanhar a criação de Subsistema Nacional de Educação Escolar Indígena – Territórios Etnoeducacionais no Sistema Nacional de Educação.

- Indução para elaboração da Política de Educação Escolar Indígena nos estados e municípios (PNEEI-TEE).
- Criação da Universidade Indígena: meta de concretização em 2025.2 por meio de projeto de lei. Proposta de enviar ofício ao GT da Universidade Indígena para apresentar a proposta concreta e contextualizada sobre a universidade à CT IV.
- Formação/informação sobre programas para gestão escolar indígena autônoma.
- Criação da Secretaria de Educação Escolar Indígena no MEC.
- Criação da Política Nacional para a valorização e fortalecimento das línguas Indígenas Brasileiras: elaboração de projeto de lei para criação da política.
- Educação bilíngue: criação de política nacional para educação de indígenas surdos e mudos.
- Colaborar com o fortalecimento das (coordenações, diretorias, gerências indígenas no âmbito das secretarias de estado e municipais.
- Garantir vaga de representante indígena no Conselho Nacional de Educação – CNE.
- Apoiar a elaboração/publicação de materiais didáticos indígenas para as redes municipais e estaduais (publicação de materiais didáticos bilingue).
- Induzir e subsidiar os estados e municípios para o cumprimento da Lei nº11.645/2008: estabelecer estratégias para implementação de leis, já existentes, nas escolas.
- Aumento da previsão orçamentária das ações a serem desenvolvidas pelos órgãos (PPA e PLOA).
- Diálogo com o Ministério da Educação para elaboração do Marco Legal de Proteção aos Conhecimentos Tradicionais, das Expressões Culturais Tradicionais e das Culturas Populares.

## Contribuições e sugestões do Plenário

- Apresentação sobre os resultados das conferências para criação da Universidade Indígena;
- Aprovação de Resolução do CNPI em apoio à criação da Universidade Indígena;
- Realização de escuta nos territórios para tratar sobre o que se entende dos conceitos de saberes tradicionais, propriedade e patrimônio cultural.

## CT V - Proteção e enfrentamento às violências de gênero contra mulheres e meninas indígenas e indígenas LGBTQIAPN+

Não foi realizada a apresentação do Plano de Trabalho da CT V. A apresentação será feita na próxima reunião.

## CT VI – Direitos humanos, culturais e econômicos

### Atividades

- Análise documental do relatório de políticas públicas realizada Governo Federal;
- Organização e Mapeamento das Políticas Públicas;
- Formação de Grupos de Trabalho (GTs);
- Avaliação das implementações das Políticas Públicas;
- Proposição de melhorias ou novas Políticas Públicas.

## Recomendações

- Fortalecimento do fomento, na esfera federal e estadual, da bioeconomia;
- Valorização das culturas indígenas;
- Etnoturismo e serviços ambientais;
- Agricultura familiar;
- Criação de editais específicos para cooperativas e associações indígenas de fortalecimento do território.

## Contribuições e sugestões do Plenário

1. Apresentação do mapeamento de políticas públicas na pré-COP, com o objetivo de a viabilizar as oportunidades de incidência para as organizações;
2. Inclusão da pauta da pesca artesanal na pauta da Câmara Temática VI;
3. Deliberação sobre os encaminhamentos necessários junto às comunidades para o estabelecimento de políticas pelo Ministério das Cidades;
4. Acompanhamento dos editais em lançamento e da implementação dos projetos das associações indígenas contempladas em editais de 2024;
5. Deliberação sobre o Projeto Nacional de Bioeconomia;
6. Retomada da nomenclatura da anterior da Câmara Temática, de direitos humanos para direitos sociais;
7. Elaboração de um caderno com orientações sobre os projetos de lei que tramitam no Congresso, com resumo explicativo, possibilitando o acompanhamento da pauta;

## Reestruturação da FUNAI

- **FUNAI:** representada por Artur Nobre e Lúcia Alberta, foi apresentado o relatório final do GT de Reestruturação, instituído pela Portaria nº 886/2024 e composto por representantes da FUNAI, do MPI e do movimento indígena. Destacou propostas como o aumento e especialização das diretorias, com a divisão da Diretoria de Proteção Territorial em duas novas unidades, uma voltada à demarcação e outra à proteção, e o reforço do poder de polícia da FUNAI. Houve também proposta de ampliação das Coordenações Regionais (de 39 para 43), das frentes de proteção etnoambiental (de 11 para 12), das CTLs (de 223 para 227), da incorporação das bases de proteção como bases avançadas (chegando a 54) e da criação de 7 Coordenações de Suporte. Ressaltou o reajuste das funções gratificadas de chefias regionais e locais, a reformulação institucional para atender determinações das ADPFs nº 709 e 760 do STF, e a apresentação da cadeia de valor com foco na atuação especializada das diretorias. Indicou que, apesar das limitações impostas pelo MGI quanto à estrutura e ao teto de 200 pontos, a proposta foi ajustada sem prejuízo à concepção geral. Informou que, após rodadas de reuniões e esclarecimentos, a versão final foi enviada ao MGI em 07 de maio de 2025 e aguarda análise técnica para posterior envio da minuta de decreto à Casa Civil.

## **MINERAÇÃO NO CONTEXTO DA CÂMARA DE CONCILIAÇÃO**

- **AGU/MPI:** Alessandra Vanessa recapitulou os objetivos da ADC nº 87 e da ADO nº 86, ambas voltadas à discussão sobre a constitucionalidade da lei do marco temporal e sobre o aproveitamento de recursos econômicos em terras indígenas. Informou que a Mesa de Conciliação apresentou projeto de lei com extensa proposta de regulamentação da mineração em terras indígenas. Destacou que o MPI se manifestou contrariamente a qualquer forma de regulamentação da mineração nesses territórios, por considerar os impactos gravíssimos e defender que o tema sequer deveria ser objeto de deliberação. Ressaltou que, em caso de qualquer avanço, seria obrigatória a consulta aos povos indígenas, conforme a Convenção nº 169/OIT, e que o debate deveria passar, previamente, pelo CNPI. A AGU acolheu essa posição e a apresentou ao Min. Gilmar Mendes, que retirou o tema da pauta da Mesa de Conciliação. Mencionou a existência de ação sob relatoria do Min. Flávio Dino, que condicionou o avanço da discussão à realização da consulta. Destacou que existem 71 projetos de lei no Congresso Nacional sobre mineração em terras indígenas e que foi instituído GT sobre o tema. Informou que alguns projetos vinculam a mineração à demarcação territorial. Afirma que, embora a Constituição não proíba a mineração no entorno das terras indígenas, sua realização dentro desses territórios depende de autorização do Congresso. Por fim, mencionou recente decisão do Min. Flávio Dino sobre o aproveitamento de recursos hídricos e compensações financeiras às comunidades indígenas.
- **FUNAI:** Lúcia Alberta destacou que a FUNAI participa da Mesa de Conciliação e que a pauta da gestão das terras indígenas também está em debate. Reafirmou que todas as atividades de mineração em terras indígenas são atualmente ilegais. Informou que o Congresso Nacional criou GT coordenado pela Senadora Tereza Cristina, com prazo de 180 dias a partir de abril de 2025 para elaboração de proposta legislativa. Destacou manifestação da AGU na ADO nº 86 em defesa da consulta livre, prévia e informada. Ressaltou a decisão do Min. Flávio Dino no MI nº 7.490, proferida em março de 2025, que reconhece a omissão legislativa e confirma a inexistência de autorização para mineração em terras indígenas. Por fim, alertou para os impactos da mineração à saúde, à vida das comunidades e aos territórios, incluindo o aumento dos conflitos.
- **APIB:** Maíra Pankararu reiterou a posição contrária da APIB à pauta da mineração desde o início da ADO. Denunciou que o garimpo é uma indústria milionária que causa contaminação, doenças e destruição, e que os danos ocorrem independentemente do modelo, seja “mineração industrial” ou “sustentável”. Relatou que está em discussão no Congresso a regulamentação do art. 225 da Constituição Federal, cujo projeto pode representar retrocesso significativo na proteção ambiental. Ressaltou que a mineração representa um dos principais enfrentamentos para os povos indígenas e que o cenário político é desfavorável, demandando monitoramento contínuo e oposição ativa para evitar novos desastres como Mariana e Brumadinho. Relembrou que, apesar da decisão do STF contra a tese do marco temporal, a Lei que a institui foi aprovada e continua vigente, podendo abrir caminho para a aprovação de outras medidas prejudiciais. Defendeu que o CNPI adote posicionamentos mais firmes e incisivos sobre o tema.

## **APRESENTAÇÃO DA FUNAI SOBRE A REGULARIZAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS**

- **FUNAI:** Janete Carvalho apresentou o cenário da regularização fundiária indígena, destacando o impacto da Lei nº 14.701, que dificulta os processos de demarcação. Informou avanços desde 2023, com a homologação de 13 terras e emissão de 11 portarias declaratórias, mas ressaltou o alto passivo e obstáculos jurídicos e legislativos. Há mais de 150 grupos técnicos em campo e 58 terras aguardando demarcação física. Apontou dificuldades no acesso às terras devido ao descumprimento da notificação prevista na lei e ações judiciais para barrar o trabalho da FUNAI. Citou parcerias com instituições para suprir falta de servidores e planejamento para priorizar áreas no Amazonas, RS, SC, MS e Acre. Também mencionou a recomposição de GTs e processos suspensos por decisão judicial.

## **ASSINATURA DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES MPI/MINC**

- Assinatura do Protocolo de Intenções assinado entre o Ministério da Cultura e o Ministério dos Povos Indígenas, visando ações conjuntas para políticas públicas culturais indígenas e a criação do Plano Nacional de Cultura Indígena, alinhado à Agenda 2030.
- **MPI:** Ministra Sonia Guajajara destacou o protocolo como compromisso do Estado com a cultura indígena viva, reforçando a consulta aos povos e a importância do Plano Nacional de Cultura Indígena. Comunicou a proposta, pela Bancada Indígena, para criação da Secretaria de Cultura Indígena no MinC. Eliel Benites ressaltou o fortalecimento dos direitos culturais indígenas, essenciais para proteger cosmologia, língua e expressões territoriais.
- **MINC:** Márcia Rollembert pontuou o compromisso entre os ministérios, os avanços em direitos culturais, investimentos na política Aldir Blanc para indígenas, e a criação do GT para o Plano Nacional, além do reconhecimento internacional da pauta indígena no Mercosul. Ministra Margareth Menezes reforçou o compromisso do MinC com a cultura indígena, citando políticas em curso como o Fórum Nacional de Cultura Indígena e o Encontro de Escritores Indígenas, e anunciou a celebração dos 40 anos do Ministério. Afirmou que a proposta de criação da Secretaria de Cultura Indígena no MinC será considerada conforme a arquitetura governamental, com esforços para garantir representação indígena no Ministério
- **FUNAI:** Joenia Wapichana enfatizou a importância do apoio às atividades culturais indígenas e da repatriação de bens culturais como proteção da história indígena.

## **COTAS INDÍGENAS NO TSE**

- **MPI:** Ministra Sonia Guajajara informou que a minuta da Resolução sobre o acesso dos povos indígenas ao fundo eleitoral e tempo de propaganda ainda está em elaboração e será enviada aos Conselheiros para análise. Sugeriu reunião virtual para deliberação. Destacou que, apesar da aprovação pelo TSE da consulta da Deputada Célia Xakriabá sobre inclusão indígena no fundo eleitoral e propaganda, as mudanças não foram aplicadas nas eleições municipais de 2024. Ressaltou a necessidade de aprofundar o debate sobre critérios de identificação indígena, atualmente baseada na autodeclaração, para apresentar contribuições ao TSE. Orientou os Conselheiros a lerem a minuta para deliberação na próxima reunião, com atenção ao prazo para encaminhar a Resolução ao TSE antes das eleições.

## **COP30: INFORMAÇÕES GERAIS**

- **MPI:** apresentado por Ceiça Pitaguary e Francisco Filippo, foram elencados os objetivos e as atividades previstas no âmbito do “Ciclo COParente”, em preparação à COP30. Foram evidenciadas as diferenças das zonas da COP, ressaltada a importância da organização para atuação em diversos espaços. Foi informada a criação da Comissão Indígena e da Comissão de Povos de Comunidades Tradicionais, com o objetivo de fomentar o diálogo e a apresentação de demandas, incluindo reuniões recentes no Fórum Permanente sobre Questões Indígenas em Nova Iorque. Destacado o objetivo de suscitar o debate sobre o financiamento direto aos povos indígenas.

## **CONSTITUIÇÃO DO GT DA II CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA INDIGENISTA**

- Pela Bancada Indigenista, foram indicados como representantes para compor o GT da II Conferência Nacional de Política Indigenista: Jurema Machado (ANAI) e Gustavo Peixoto (Indigenistas Associados). Pela Bancada Indígena, foram indicados representantes: Carla Jarraira (COIAB), Tayse Potiguara (APOINME), Wuriu Manchineri (Região Amazônica) e Ednaldo Tabajara (APOINME). Pela bancada de governo (conforme 2ª Reunião Ordinária): Lúcia Alberta/FUNAI; Teresinha/SESAI; Jecinaldo Sateré/MPI; Maria Augusta Torres/SGPR (em substituição a Juarez).

## **ACERVO DO CNPI**

- O Acervo esteve sob guarda do Ministério da Justiça e Segurança Pública e teria sido encaminhado ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Foi enviado ofício ao MDHC para localizar a documentação, mas este não encontrou registros sobre a transferência dos documentos, resultando na ausência do registro histórico anterior à reinstalação do CNPI em 2024. Foi encaminhada a determinação de envio de novo ofício ao MJSP e à FUNAI.

## **Encaminhamentos e Acordos**

### **Secretaria Executiva do CNPI**

1. Dar seguimento à publicação das Resoluções aprovadas na 3ª Reunião Ordinária e na 1ª Reunião Extraordinária;
2. Inclusão de pauta em reunião futura para deliberar sobre alteração do regimento interno, com o objetivo de prever prazo específico para publicação das resoluções aprovadas.
3. Apoiar e garantir a participação na conferência livre ou a realização de conferência específica sobre assistência social para os povos indígenas, com a eleição de delegados para participação na conferência a ser organizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

4. Encaminhar o convite para participação do FPCondisi, sendo necessário verificar como se dará o custeio da participação do representante nas reuniões.
5. Envio de ofício ao Ministério da Justiça e Segurança Pública para reiterar o ofício anteriormente encaminhado e solicitar manifestação formal sobre o Acervo do CNPI (com cópia do ofício anterior). Adicionar a solicitação da documentação da I Conferência Nacional de Política Indigenista. Também enviar ofício à FUNAI e ao Arquivo Nacional, após a apresentação de resposta pelo MJSP.
6. Envio ofício à FUNAI para solicitar os arquivos referentes à I Conferência Nacional de Política Indigenista.
7. Envio de ofício aos coordenadores das Câmaras Temáticas, à APIB e à AGU para solicitar indicação de representantes que deverão compor o Grupo de Trabalho sobre Mineração.

### **Câmaras Temáticas**

1. Os Planos de Trabalho apresentados pelas Câmaras Temáticas na 4ª Reunião Ordinária do CNPI, bem como as contribuições realizadas pelo Plenário aos documentos, serão deliberados posteriormente em sede de reunião extraordinária.
2. O Plano de Trabalho da Câmara Temática V será apresentado em reunião posterior.

### **Encaminhamento nº 1 | Apoio para providenciar a participação de Conselheiros em reuniões presenciais**

8. Solicitação de apoio da FUNAI e demais ministérios para viabilizar a participação dos conselheiros indígenas nas reuniões presenciais das Câmaras Temáticas no exercício de 2025, e no seguinte (2026) enquanto o MPI elabora sua PLOA, que deverá prever orçamento no âmbito da ação de apoio ao funcionamento do CNPI, para apoiar a participação indígena nas reuniões presenciais das referidas câmaras temáticas

### **Encaminhamento nº 2 | Instalação de Grupo de Trabalho sobre mineração**

9. Indicação, por parte dos coordenadores de todas as CTs, da APIB e da AGU, dos representantes que deverão compor o GT de mineração. A Secretaria Executiva encaminhará ofício para solicitar a indicação e acompanhará a composição do GT.

### **Encaminhamento nº 3 | Assinatura do Protocolo de Intenções MPI/MinC**

- Assinatura do Protocolo de Intenções assinado entre o Ministério da Cultura e o Ministério dos Povos Indígenas, visando ações conjuntas para políticas públicas culturais indígenas e a criação do Plano Nacional de Cultura Indígena, alinhado à Agenda 2030.

### **Encaminhamento nº 4 | Deliberação sobre cotas indígenas no TSE pela Câmara Temática II**

10. Deliberação aprofundada, por parte da CT II, acerca do tema cotas indígenas no TSE.
11. Estabelecimento de prazo pela Câmara Temática para apresentação de devolutiva ao Plenário sobre as deliberações.

## Encaminhamento nº 5 | Constituição do GT da II Conferência Nacional de Política Indigenista

- Pela Bancada Indigenista, foram definidos como representantes para compor o GT da II Conferência Nacional de Política Indigenista: Jurema Machado (ANAI) e Gustavo Peixoto (Indigenistas Associados). Pela Bancada Indígena, foram definidos como representantes: Carla Jarraira (COIAB), Tayse Potiguara (APOINME), Wuriu Manchineri (Região Amazônica) e Ednaldo Tabajara (APOINME). Bancada de Governo: Lúcia Alberta/FUNAI, Jecinaldo Sateré/MPI, Teresinha/SESAI, Maria Augusta Torres/SGPR.

## Encaminhamento nº 6 | Deliberação sobre a Resolução nº 03, de 09 de maio de 2025

12. Inclusão de pauta na próxima reunião extraordinária do CNPI para deliberar sobre a aprovação da **Resolução CNPI nº 03, de 09 de maio de 2025**, que recomenda ao Governo Federal a aprovação integral do Relatório Final do Grupo de Trabalho de Reestruturação da FUNAI, criado pela Portaria 886/FUNAI, de 16/02/2024.

## Resoluções e Recomendação

1. Aprovada pelo Plenário a RESOLUÇÃO CNPI Nº 01, DE 09 DE MAIO DE 2025, que recomenda ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal [...];
2. Aprovada pelo Plenário a RESOLUÇÃO CNPI Nº 02, DE 09 DE MAIO DE 2025, que recomenda à União, por meio do Ministério da Cultura, que elabore o Plano Nacional de Culturas Indígenas, bem como políticas de acesso aos recursos financeiros, não se limitando apenas aos editais públicos, contemplando outras fontes de financiamento direto.

## Sugestões

1. Apresentação de devolutivas pela Bancada de Governo sobre a demarcação de terras indígenas.
- Apresentação de relato sobre a elaboração da portaria que estabelecerá a nova Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASP).
2. Apresentação sobre os resultados das conferências para criação da Universidade Indígena.
3. Apresentação do Programa Nacional de Saneamento Indígena e das propostas relativas à assistência social e à promoção do bem-viver indígena.
4. Apresentação sobre a Conferência Nacional da Assistência Social e Previdência Social.
5. Debate sobre o mercado de carbono e sobre os produtos da sociobiodiversidade.

## Proposta próxima pauta do CNPI

1. Incluir na próxima pauta a apresentação do Plano de Trabalho da CT V.
2. Aprovação dos Planos de Trabalho das Câmaras Temáticas e votação das Resoluções pendentes.
3. Na próxima pauta, apresentação das ações desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

4. Na próxima pauta, incluir balanço das ações sanitárias realizadas na Terra Indígena Yanomami.
5. Incluir como ponto de pauta da próxima reunião a análise do PL do CNPI, a ser debatido tendo como base a apresentação da CTII.

**Data da próxima reunião: 16 de maio de 2025, online, às 15h30.**

### **Calendário CNPI 2025**

- Reunião Extraordinária: 16 de maio de 2025, às 15h30.
- 5<sup>a</sup> Reunião Ordinária do CNPI: de 28 de julho a 1º de agosto de 2025.
- 6<sup>a</sup> Reunião Ordinária do CNPI: de 4 e 5 de dezembro de 2025.